

PL 408 /2011

Assessoria de Plenário e Distr**PROJETO DE LEI Nº**

As Seter da Protecció Legislav (Do Sr. Deputado Wasny de Roure)

registro e em seguida e Assamona di Pienaria pera anàlize de udmissão e distribuição

Em. 16,06,11

Apaul

Lamer Philosoft Lines

Dispõe sobre as manifestações artísticas e culturais nas ruas, avenidas e praças públicas do Distrito Federal, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º As manifestações artísticas e culturais em ruas, avenidas e praças públicas são livres de qualquer censura, coerção, proibição, taxas, emolumentos, tributos, impostos, autorização e inscrição, observados os seguintes requisitos:

I – sejam gratuitas para os espectadores;

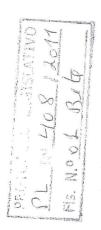
II – respeite a legislação em vigor quanto à poluição sonora, em especial as Normas 10.151, Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas Visando o Conforto da Comunidade, e 10.152, Níveis de Ruído para Conforto Acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

III – não interrompam o trânsito de veículos;

IV-não fechem totalmente a passagem de pedestres nem o acesso a instalações públicas ou privadas;

V - não tenham patrocínio privado que as caracterize como um evento de marketing.

- §1° Para os fins desta lei, bastará ao responsável pela manifestação informar à Administração Regional sobre o dia e hora de sua realização, a fim de compatibilizar o compartilhamento de espaço, se for o caso, com outra atividade da mesma natureza no mesmo dia e local.
- §2° Em caráter de exceção o disposto nos incisos II, III e IV pode ser dispensado quando houver comunicação prévia a Administração Regional, a Polícia Militar e ao Departamento de Trânsito DETRAN, com as respectivas aprovações.
- §3º Doações espontâneas e de caráter facultativo não são consideradas cobrança de ingressos.
- §4° A isenção de taxas, emolumentos, tributos e impostos previstos no caput não se aplicam aos patrocínios públicos diretos ou através de leis de incentivo fiscal nem a eventuais pagamentos recebidos pelos realizadores.







Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo Edward B. Tylor, cultura é "aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade".

Com essa definição majestosa, infere-se que a geração e promoção da cultura dependem de uma combinação de fatores, dentre eles a adoção de uma política pública que estimule e ampare seus eventos. As artes nas ruas e praças contribuem para que a relação dos cidadãos com sua cidade sejam mais afetivas, emotivas e solidárias.

O art. 24 da Constituição Federal prevê a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre as matérias que são ali estabelecidas. Em especial, no inciso IX do referido art., estão definidas as áreas de educação, **cultura**, ensino e desporto.

De mesma sorte, o art. 23 estabelece como competência comum, no seu inciso V, que lhes cabe "proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência".

Ainda em consonância aos dispositivos constitucionais, nossa Lei Orgânica estabelece, *in verbis*:

Art. 248° O Poder Público terá como prioritária a implantação de política articulada com a educação e a comunicação, que garanta o desenvolvimento cultural do Distrito Federal, mediante:

IX - constituição de programas que visem a propiciar conhecimento sobre o valor cultural, histórico, artístico e ambiental do Distrito Federal homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

IX – regionalização da produção cultural e artística, garantida a preservação das particularidades e identidades da arte e da cultura no Distrito Federal, na forma da lei;





Destarte, com a legislação proposta, estaremos assegurando o desenvolvimento manifestações artísticas e culturais locais, garantindo um direito tão ansiado por toda a comunidade de artistas.

Ante o inegável apelo social da matéria, contamos com os nobres Deputados Distritais no sentido de apoiar o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

de

de 2011.

Deputado WASNY DE ROURE

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL 108 12011
FIS. N.º 03 Bete



EMENDA N° 1 (SUPRESSIVA)

Ao Projeto de Lei nº 408 de 2011, que dispõe sobre as manifestações artísticas e culturais nas ruas, avenidas e praças públicas do Distrito Federal, e dá outras providências.

Suprima-se o inciso V do Art. 1º do Projeto de Lei nº 408 de 2011:

JUSTIFICAÇÃO

O inciso supracitado impõe que as manifestações artísticas e culturais não possam ter patrocínio privado que as caracterize como um evento de marketing.

Ocorre que, sem o referido patrocínio, os pequenos eventos podem ficar comprometidos. Assim, a presente emenda visa garantir possíveis apoios aos pequenos organizadores.

Sala das Comissões,

de

de 2011.

Deputado WASNY DE ROURE